

PROGRAMA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH

ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA DO
APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO
VALE RIO CARÁS

TOMO V MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

AGUASOLOS
CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA

FORTALEZA- CE
1983

PROGRAMA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS



ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA-ECONÔMICO
 DO APROVEITAMENTO F
 VALE DO RIO CARÁS

Lote 01127 - Prep () Scan () Index ()
 Projeto Nº 1311
 Volume _____
 Qtd. A4 _____ Qtd. A3 _____
 Qtd. A2 _____ Qtd. A1 _____
 Qtd. A0 _____ Outros _____

MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO
 TOMO - V

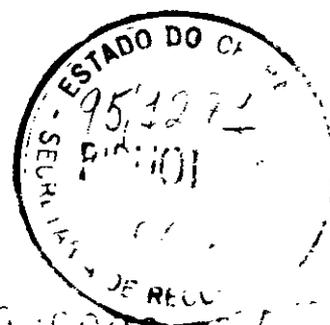


CONSULTORA DE ENGENHARIA LTDA

ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA
DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO VALE
DO RIO CARÁS

TOMO - V

MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO



000003

S U M Á R I O

ITEM	PAG.
1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	01
2 - MERCADOS ATUAIS E POTENCIAIS	09
2.1 - Algodão	09
2.2 - Arroz	13
2.3 - Feijão	15
2.4 - Milho	18
2.5 - Cana de Açúcar	20
3 - OFERTA E DEMANDA	22
4 - CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	28
4.1 - Agentes de Comercialização	28
4.2 - Centros de Convergencia	29
4.3 - Fluxos de Intermediação	29
5 - PREÇOS E MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO	39
5.1 - Algodão	39
5.2 - Arroz	39
5.3 - Feijão	39
5.4 - Milho	40
5.5 - Cana de Açúcar	41
6 - ESTRUTURA DE APOIO	48

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

000005

que o algodão assume na formação da renda dos agricultores. A sua colheita e comercialização ocorre no segundo período do ano justamente quando os agricultores estão necessitando de recursos para poderem complementar a sua renda. (tabela 4)

Entre os produtos agrícolas comercializadas destaca-se, portanto, o algodão, que é negociado por 90% das entrevistas, tanto nas propriedades < 10 ha como nas > 10 ha. O arroz vem em seguida com 70% e 90%, respectivamente. Nota-se que os produtos como feijão e milho tem um baixo percentual no processo de comercialização da área. Isso nos faz desconfiar que o pequeno volume de excedente gerado se deve ao fato dessas culturas terem como finalidade básica o auto-abastecimento da família. É possível que o excedente gerado desses produtos venha, basicamente, da necessidade de fazer face aos compromissos assumidos pelos produtores com os agentes de comercialização (crédito não institucional), como também, da necessidade dos agricultores comprar em outros bens não produzidos na área. Como existe um elevado déficit de produtos alimentares na área em estudo nos leva a crer que o excedente gerado não obedece, portanto, a definição do termo de que houve uma produção acima das necessidades de autoconsumo.

Comercializa-se ainda na área pesquisada os produtos como o leite, o tomate e a rapadura. (tabela 5).

TABELA - 1
 VALE DOS CARÃS
 PREFERÊNCIA DO ENTREVISTADO

T I P O	< 10 HA		> 10 HA	
	Nº DE PROPRIEDADES	%	Nº DE PROPRIEDADES	%
Agricultura Somente	5	50	1	10
Pecuária Somente	-	-	-	-
Agricultura e Pecuária	5	50	7	70
Outra Atividade	-	-	-	-

FONTE: Pesquisa Direta

TABELA - 3
VALE DOS CARÃS
USO ATUAL

DISCRIMINAÇÃO DE USO	< 10 ha		> 10 ha	
	ÁREA (HA)	%	ÁREA (HA)	%
Pastagem nativa	-	-	160,0	19,4
Pastagem nativa melho rada	6,9	16,3	389,0	47,1
Capineira p/corte	0,3	0,7	3,0	0,4
Matas	-	-	10,0	1,2
Agricultura	31,4	74,0	246,5	29,9
Outros usos	3,8	9,0	16,4	2,0
T O T A L	42,4	100,0	824,9	100,0

TABELA - 4

USO DA TERRA NA AGRICULTURA

CULTURAS	< 10 HA				> 10 HA			
	ÁREA (HA)	Nº DE PROPRIE- DADES	PRODUÇÃO (kg)	PRODUTIVIDADE (kg/HA)	ÁREA (HA)	Nº DE PROPRIE- DADES	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE
Alg. Herbácio+Milho+ Feijão	3,3	2	(A)1.300 (M) 880 (F) 520	(A) 393,9 (M) 266,7 (F) 157,6	1,0	1	(A) 1.000 (M) 2.000 (F) 360	(A) 1.000,0 (M) 200,0 (F) 360,0
Milho+Feijão	6,8	6	(M)3.880 (F)2.480	(M) 215,6 (F) 364,7	18,0	6	(M) 6.400 (F) 5.880	(M) 355,6 (F) 326,7
Feijão	-	-	-	-	14,0	2	5.000	357,1
Alg. Herbáceo	9,4	7	14.600	1.553,2	162,0	8	216.700	1.337,7
Arroz	8,9	9	21.920	2.462,9	36,5	9	35.000	2.054,8
Tomate	0,5	1	17.000	34.000,0	1,0	1	35.000	35.000,0
Cana de Açúcar	2,5	2	200.000	80.000,0	14,0	3	1.200.000	85.714,3
T O T A L	31,4	-	-	-	246,5	-	-	-

FONTE: Pesquisa Direta

000011

TABELA - 5
 VALE DOS CARÃS
 PRODUTOS VENDIDOS

PRODUTO	< 10 HA		> 10 HA	
	Nº DE PROPRIEDADES	%	Nº DE PROPRIEDADES	%
Algodão	9	90,0	9	90,0
Milho	1	10,0	2	20,0
Feijão	-	-	3	30,0
Arroz	7	70,0	9	90,0
Tomate	1	10,0	1	10,0
Cana-de-Açúcar	2	20,0	2	20,0
Leite	1	10,0	3	30,0
Rapadura	-	-	1	10,0

FONTE: Pesquisa Direta

2 - MERCADOS ATUAIS E POTENCIAIS

2 - MERCADOS ATUAIS E POTENCIAIS

2.1 - Algodão

O algodão é o principal produto agrícola do Estado do Ceará. Apesar de não gerar mais divisas estrangeiras de forma constante, é o algodão que movimenta a maior parte da economia do Estado gerando em sua comercialização um grande volume de I.C.M.. Ele é exportado para vários Estados da União sendo os principais compradores os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em termos nacionais o Ceará desponta como um dos maiores produtores vindo logo após Paraná (38% da produção nacional) e São Paulo (27,3%) (tabela 6).

Grande parte da produção estadual é comercializada dentro do próprio Estado com as indústrias têxteis.

Nos últimos anos a demanda de algodão se retraiu tendo em vista o período de recessão porque passou o país.

O consumo de algodão foi em 1984 de 560 mil toneladas, volume idêntico ao de 1983. O Estado de São Paulo é o principal comprador e entre os seus maiores fornecedores encontra-se os Estados de Paraná, Minas Gerais e Ceará. (tabela 6.1)

Em termos secundários os principais mercados são os Estados Unidos, a Comunidade Econômica Européia (CEE) e o Leste Europeu.

Evidentemente que com a retomada do crescimento dos países desenvolvidos haverá um aumento no consumo de algodão.

A nível estadual e nacional o mesmo acontecerá e em face do desenvolvimento de um polo de confecção no Estado do Ceará (Fortaleza), haverá necessidade de uma maior oferta de algodão no mercado.

A atual excedente de algodão no mercado em cerca de 400 mil toneladas não chega a preocupar, porque é composto de produto de qualidade inferior. Como a fibra do algodão do Ceará

é uma das melhores do país pode-se argumentar que haverá uma demanda suficiente para que os preços se mantenham em melhores níveis.

TABELA - 6.1

VALE DOS CARÃS

CONSUMO DE ALGODÃO EM PLUMA PELA INDÚSTRIA PAULISTA POR MERCADO DE ORIGEM.

1981, 1982, 1983, 1º SEM/83 E 1º SEM/84

ORIGEM	1981	1982	1983	1984
São Paulo	126.957	101.099	104.597	121.008
Paraná	76.224	99.988	84.389	59.260
Ceará	7.940	4.810	14.253	14.787
Minas Gerais	12.592	5.610	10.184	12.364
Goiás	1.701	7.905	5.657	6.415
Outros	10.214	11.390	14.146	75.064
Total	235.628	230.802	233.226	288.898

FONTE: Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará - CEPA/CE - 1984.

2.2 - Arroz

O Estado do Ceará está entre os Estados que menos produz arroz no Brasil. Em 1984 o Estado colheu menos de 1% do arroz produzido no país, apesar de ser o ano de 1984 o que apresentou o maior crescimento de área cultivada dessa cultura em relação aos anos anteriores. (tabela 7)

Como o produto é largamente consumido, pois faz parte da cesta básica da população, o Estado teve de importar de outras Unidades da Federação principalmente, Maranhão e Goiás um volume de mais de 110 mil toneladas.

Os maiores produtores de arroz por Estado são o Rio Grande do Sul com 34,6%, Maranhão (12,7%), Goiás (11,5%) e Mato Grosso (7,5%), ano de 1984. (tabela 7)

A produção nacional apresentou um incremento de 16,5% em relação a 1983. Esses aumento se deveu a recuperação da lavoura rizícola do Rio Grande do Sul e a chegada das precipitações normais no Nordeste.

Em 1984 o consumo de arroz ficou na faixa de 9,55 milhões de toneladas e como a produção nacional foi de 9,022 milhões de toneladas o País teve de importar mais de 600 mil toneladas.

É possível que o programa de estabilização venha a induzir aos produtores a plantar mais arroz em vez de aplicar recursos no mercado financeiro. As áreas atingidas pelas enchentes do Rio Grande do Sul poderão afetar a produção em 1986, espera-se que o aumento de produção em outros Estados venha a compensar essa redução.

TABELA - 7
 VALE DOS CARÃS
 PRODUÇÃO DO ARROZ EM CASCA DOS PRINCIPAIS PRODUTORES E CEARÃ
 1982 - 1984

	P R O D U Ç Ã O					
	1982	%	1983	%	1984	%
Rio Gde. do Sul	2.589.885	26,6	2.240.497	28,7	3.119.013	34,6
Maranhão	1.576.518	16,2	430.939	5,5	1.145.223	12,7
Goiás	1.398.080	14,3	1.100.900	14,1	1.037.760	11,5
Mato Grosso	999.041	10,3	806.091	10,3	672.671	7,5
Minas Gerais	729.087	7,5	779.249	10,0	592.957	6,6
São Paulo	463.500	4,8	617.400	7,9	399.312	4,4
Mato G.do Sul	339.315	3,5	450.796	5,9	381.649	4,2
Santa Catarina	373.928	3,8	395.317	5,0	451.942	5,0
Cearã	65.401	0,7	33.329	0,4	82.597	0,9
Outros	1.186.164	12,3	954.319	12,2	1.139.412	12,6
Total	9.720.919	100,0	7.808.837	100,0	9.022.536	100,0

FONTE: Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará - CEPA/CE - 1984.

2.3 - Feijão

Os maiores produtores de feijão são os Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais; no Nordeste sobressaem-se os Estados da Bahia e Ceará. (tabela 8)

Observando-se a tabela 8 nota-se que em 1983 houve uma elevada quebra na safra de feijão na faixa de 46% em relação a 1982. Em 1984 ocorreu uma recuperação sem contudo chegar aos níveis de 1982. Por causa disso o abastecimento interno a partir de 82 tornou-se bastante difícil, com elevada escassez do produto, o que fez o governo recorrer ao mercado internacional.

No Estado do Ceará, como não poderia deixar de ser, também sofreu escassez no período anterior a safra. Em virtude dessa escassez o preço do feijão macassar sofreu no comércio atacadista de Fortaleza um aumento de 605,6%, em relação ao preço praticado no mesmo período do ano anterior.

O abastecimento do feijão no mercado do interior ocorreu basicamente com os resultados da safra local. Na região metropolitana de Fortaleza (RMF) o abastecimento foi feito com importação do produto dos Estados da Bahia e Pernambuco.

O grande problema da comercialização do feijão no Estado é a falta de recursos para os produtores na época da safra. Estes acabam sempre vendendo o produto por preços aviltados por não terem como estocar o produto e esperarem por melhores preços.

A falta de financiamento faz com que os produtores fiquem dependentes do processo de intermediação acarretando sérios problemas para os produtores e para o abastecimento interno.

O consumo de feijão no Estado fica na faixa de 166 mil toneladas. Em 85 o Ceará produziu 73.600 toneladas. O déficit foi coberto com importações de outros Estados.

A estimativa da safra para 1986 é de 162.490 toneladas com aumento de 120,7% em relação ao ano anterior (Análise Con-

juntural da Agropecuária Careense - Janeiro/86). Portanto, a safra Estadual não apresentará uma folga em relação ao consumo e o produto deverá ficar em alta por mais algum tempo.

TABELA - 8

VALE DOS CARÁS

QUANTIDADE PRODUZIDA DE FEIJÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTORES

1982 - 1984

(EM t)

ESTADOS	P R O D U Ç Ã O					
	1982	%	1983	%	1984(*)	%
Paraná	668.800	23,0	347.035	21,9	471.669	18,0
São Paulo	392.600	13,5	322.560	20,3	311.663	11,9
Santa Catarina	321.040	11,1	162.390	10,2	310.361	11,8
Minas Gerais	335.833	11,6	243.764	15,4	275.488	10,5
Bahia	224.527	7,7	100.325	6,3	107.674	4,1
Ceará	166.325	5,7	24.811	1,6	171.213	6,5
Outros	797.134	27,4	386.108	24,3	972.941	37,2
Total do Brasil	2.906.259	100,0	1.586.993	100,0	2.621.009	100,0

(*) Estimativa do IBGE/CEPA - DEZ/84

FONTE: Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará - CEPA/CE, 1984.

000022

2.4 - Milho

A produção de milho concentra-se principalmente nos Estados do Centro Sul do país. O principal produtor é o Estado do Paraná com 25,5% em 1984. O Estado do Ceará produziu neste mesmo ano 1,2% da produção total (tabela 9). Houve um aumento da produção do Estado em relação a 82 e 83. Esse aumento se deveu ao fim do período de estiagem, início da fase das chuvas e a iniciativa dos agricultores, principalmente dos pequenos e médios. O crédito de custeio foi escasso e a produção só não foi maior devido a descapitalização dos produtores com os cinco anos de estiagem.

No tocante ao abastecimento interno houve, em 84, um ligeiro excedente uma vez que a produção nacional excedeu o consumo em 2 milhões de toneladas. A produção foi de 21,1 milhões mais um estoque de 1,0 milhão totalizando 22,1 milhões de toneladas. O consumo estimado é de 20 milhões de toneladas.

No Estado do Ceará apesar da recuperação da produção em relação aos anos anteriores o abastecimento interno vai ficar deficitário.

O consumo na RMF se concentra nas empresas avícolas e de ração. No interior o consumo tanto se dá na alimentação humana como na alimentação de animais.

A comercialização do milho é dificultada dado a grande intermediação comercial a nível de Estado e a falta de recursos para crédito de comercialização.

TABELA - 9

VALE DOS CARÃS

QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTORES DE MILHO

1982 - 1984

ESTADOS	P R O D U Ç Ã O					
	1982	%	1983	%	1984	%
Paraná	5.430.000	24,8	5.018.870	26,8	5.400.000	25,5
Río G. do Sul	3.147.246	14,4	3.174.771	16,9	3.567.360	16,8
São Paulo	3.392.400	15,5	3.164.000	16,8	2.866.735	13,6
Minas Gerais	3.053.763	14,0	2.695.976	14,4	2.563.638	12,1
Santa Catarina	2.628.756	12,0	1.687.325	9,0	2.345.209	11,1
Goiás	1.922.106	8,8	1.722.880	9,2	1.721.250	8,1
Ceará	155.366	0,7	17.531	0,1	257.603	1,2
Outros	2.135.802	9,8	1.262.408	6,7	2.457.367	11,6
Total do Brasil	21.865.439	100,0	18.743.761	100,0	21.174.162	100,0

FONTE: Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará - CEPA/CE, 1984.

2,5 - Cana-de-Açúcar

Os maiores produtores de cana de açúcar do país são os Estados de São Paulo, Paraná, Pernambuco e Alagoas. No Estado do Ceará ela é cultivada nos Vales dos Rios como na Serra da Ibiapaba, Vale do Curu e no aluvião do Vale do Cariri. As outras áreas existentes são de dimensão insignificante.

No Vale do Cariri a cultura da cana de açúcar é a mais difundida. Ele é plantada nos meses de abril a junho, colhida e moída no período de setembro/outubro. A maior parte da produção é comercializada com a usina de açúcar e álcool. Outra parte é transformada em rapadura em pequenas moendas da região. Embora os preços do açúcar estejam abaixo do custo de produção no mercado internacional a cultura da cana tomou grande impulso com o Programa Nacional de Álcool (Proálcool). A partir desse programa a produção dessa cultura tornou-se econômica com os preços garantidos pelo governo. Com a meta de produzir 12 bilhões de litros de álcool/ano a cultura da cana passou a ter uma demanda crescente e o Estado do Ceará apresenta uma produção de álcool abaixo do consumo. Uma grande parte de álcool hidratado é importado de outros Estados (Pernambuco e Alagoas).

A produção de cana-de-açúcar no Estado teve um decréscimo grande a partir de 1979, ano inicial do período de estiagem (tabela 10).

TABELA - 10

PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR PELO ESTADO DO CEARÁ

(EM t)

ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA
1973	3.527.926
1974	3.120.000
1975	2.563.072
1976	2.520.000
1977	2.206.948
1978	2.100.000
1979	1.704.300
1980	1.350.000
1981	1.680.000
1982	2.296.346
1983	1.704.240
1984	1.990.929

FONTE: FIBGE. Produção Agrícola Municipal

3 - OFERTA E DEMANDA

000027

3 - OFERTA E DEMANDA

No balanço entre a oferta e a demanda dos principais produtos agrícolas do estado do Ceará observa-se um saldo negativo para quase todos os produtos. No ano de 1984 o estado do Ceará importou as seguintes quantidades de alimentos: arroz: 112 mil toneladas, feijão: 8,8 mil toneladas e milho: 159 mil toneladas (tabelas 11 e 12). O Estado importa ainda grande quantidade de farinha de mandioca, açúcar, leite e produtos hortifrutícolas.

No município de Juazeiro do Norte e na Microrregião Homogênea do Cariri ocorre o mesmo: grande déficit de alimentos básicos. Na MRH do Cariri o déficit de arroz é de 7.577 toneladas, de feijão chega a 17.057 toneladas e de milho 2.712 toneladas (tabela 13).

Essa situação de escassez de alimentos se deve a vários fatores, entre os quais, pode-se destacar: a concentração da posse da terra. (A terra serve apenas como reserva de valor), a falta de crédito para custeio da produção e comercialização; a desorganização do aparelho de Estado para levar os serviços aos que realmente produzem e por último a fase de estiagem entre 79-83 que impediu que o Ceará e o Nordeste tivessem produções normais.

Várias culturas vão ser implantadas no Projeto Vale dos Carás. Está programado a produção 1.920 toneladas de arroz que cobre em 42% do déficit estimado para o município, 25,3 do déficit estimado da MRH do Cariri e 1,7 do déficit estimado do Estado. Na cultura do milho programou-se a produção de 1.500 toneladas, que cobre 73,5%, 55,3% e 0,9%, respectivamente, e do feijão programou-se a produção de 2.280 toneladas que cobre os déficit's estimados do município em 26,6%, da MRH do Cariri em 13,3% do Estado em 25,8%. (tabelas 14 e 15).

TABELA - 11

VALE DOS CARÃS

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA NO ESTADO DO CEARÃ DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

1982

(EM t)

P R O D U T O S	PRODU- ÇÃO	RESER- VA P/ SEMEN- TES	PERDAS NO CAM- PO E NA ARMA- ZENAGEM PRIMÁ- RIA	OFERTA DA PRODUÇÃO ESTADUAL	D E M A N D A				TOTAL	SALDO
					CONSUMO			PERDAS NA COMERCI- LIZAÇÃO		
					ANIMAL IN NATURA	HUMANO	INDUSTRIAL			
Algodão em rama	203.927	-	-	203.927	-	-	265.176	-	265.176	- 61.249
Algodão em pluma	63.000	-	-	63.000	-	-	22.000	-	22.000	41.000
Caroço de algodão	169.00	3.400	-	165.600	-	-	218.684	-	218.684	53.087
Arroz beneficiado	32.278	-	-	38.278	-	180.000	-	-	180.000	-141.722
Cana de açúcar	2 317.696	100.000	100.000	2.117.696	100.000	-	2017.696	-	2.117.696	-
Açúcar	48.000	-	-	48.000	-	117.250	68.750	-	186.000	-138.000
Feijão	166.325	4.400	6.200	155.725	-	166.000	-	9.000	171.000	- 15.275
Milho	155.366	4.500	9.300	141.566	60.000	65.000	220.000	17.000	362.000	-220.434
Tomate	27.470	-	1.300	26.170	-	16.000	-	1.700	17.700	8.470
Leite (1000l)	184.283	-	-	184.283	-	221.900	15.000	-	236.900	- 52.617

FONTE: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

TOMO 6: Comercialização e Abastecimento - ANEXO L/DIAGNÓSTICO

TABELA - 12

VALE DOS CARÃS

OFERTA, DEMANDA E IMPORTAÇÕES PROVÁVEIS PELO ESTADO DO CEARÁ DE
ARROZ, FEIJÃO E MILHO.

1984

PRODUTOS	PRODUÇÃO (*)	RESERVA P/SEMEN- TES	PERDAS NO CAMPO	OFERTA DA PRODUÇÃO INTERNA	DEMANDA			SALDO	IMPORTAÇÕES
					CONSUMO	PARDAS	TOTAL		
Arroz em casca	82.597	2.431	8.259	52.037	164.845	-	164.845	- 112.808	112.808
Feijão	171.213	3.500	8.560	159.153	164.600	3.400	168.000	- 8.847	8.847
Milho	257.603	3.840	12.880	240.883	380.000	20.000	400.000	- 159.117	159.117

(*) Estimativa CGEA/IBGE-Dez/84

FONTE: CEPA-CE

TABELA - 13

VALE DOS CARÃS

BALANÇO ENTRE A PRODUÇÃO REAL E A DEMANDA PREVISTA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS ALIMENTARES.

P R O D U T O S	M U N C Í P I O			M . R . H . C A R I R I		
	PRODUÇÃO REAL	DEMANDADA	SALDO	PRODUÇÃO REAL	DEMANDA	SALDO
Arroz	293	4.858	-4.565	3.118	10.695	-7.577
Feijão	261	8.825	-8.564	2.368	19.425	-17.057
Milho	680	2.720	-2.040	3.275	5.987	- 2.712

FONTE: IBGE

000031

TABELA - 14

VALE DOS CARÃS

PRODUÇÃO DAS CULTURAS PROGRAMAS PARA O PROJETO VALE DOS CARÃS E SUA RELAÇÃO
COM O TOTAL DA PRODUÇÃO PROGRAMADA PARA OUTROS PROJETOS

PROJETOS CULTURAS	VALE DOS CARÃS PRODUÇÃO (t)	OUTROS PROJETOS PROD. (t)	TOTAL PRO DUÇÃO(t)	% DA PRODUÇÃO DO VALE DOS CARÃS	
				EM RELAÇÃO DOS OUTROS PROJETOS	EM RELAÇÃO AO TOTAL
Feijão	2.280	1.375	3.655	166	62
Milho	1.500	1.324	2.824	113	53
Cana	70.000	-	70.000	100	100
Arroz	1.920	1.560	3.480	123	55

OUTROS PROJETOS: Jaburu II, Realejo, Poço do Barro, Riacho do Sangue, Acaraú e Santo Antonio de Russas.

FONTE: IBGE/CEPA/AGUASOLOS

TABELA - 15

VALE DOS CARÃS

PERCENTUAL DA PRODUÇÃO PROGRAMADA PARA O PROJETO VALE DOS CARÃS EM RELAÇÃO AOS DÉFICT'S ESTIMADOS.

1984

P R O D U T O S	PRODUÇÃO DÉFICT'S ESTIMADOS				% DA PRODUÇÃO VALE DOS CARÃS EM RELAÇÃO AOS DEFICIT'S ESTIMADOS		
	V.DOS CARÃS	MUNICÍPIO	MRH	ESTADO	MUNICÍPIO	MRH	ESTADO
Arroz	1.920	4.565	7.577	112.808	42,0	25,3	1,7
Milho	1.500	2.040	2.712	159.117	73,5	55,3	0,9
Feijão	2.280	8.564	17.057	8.847	26,6	13,3	25,8

FONTE: IBGE/CEPA/AGUASOLOS

4 - CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

4 - CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

4.1 - Agentes de Comercialização

Os principais agentes de comercialização na área onde vai ser implantado o Projeto são o bodegueiro, o usineiro e o corretor. O bodegueiro comercializa a produção com 80% dos produtores de propriedades menor do que 10 hectares e 40% de propriedades maior que 10 hectares. O usineiro comercializa com 60% e 80% dos produtores de propriedades menores e maiores do que 10 hectares, respectivamente e o corretor com 20% dos produtores de estratos acima de 10 hectares (tabela 16).

Os bodegueiros são pequenos comerciantes que tem como principal característica a intermediação comercial dos pequenos produtores, dos quais compram seus produtos agrícolas através de processo de financiamento da produção e recebimento do pagamento em produto. Vendem fiado certas mercadorias de consumo essencial e descontam o devido na hora do pagamento do financiamento. São os principais centralizadores da produção e fazem parte de um sistema comercial/financeiro mais amplo, uma vez que recebem recursos de usineiros e armazenistas para repasse aos pequenos produtores. O repasse é feito, geralmente, a juro com um a três pontos percentuais acima do que foi recebido. A forma de pagamento do financiamento da produção em produto é uma maneira usada pelo bodegueiro de impedir que os agricultores recebam melhores preços por seus produtos.

Os motivos alegados para comercializarem com esse agente são: uma forma mais fácil de fazer negócio; era menos burocrático e que tinham que pagar o financiamento.

As exigências contratuais por parte das instituições bancárias oficiais tornam o acesso do pequeno produtor ao crédito institucional muito difícil.

O usineiro é pessoa de grande prestígio econômico e político. Tem, geralmente, grandes extensões de terra e normal -

mente também é um grande produtor. Financia a produção de pequenos produtores e vai buscar a produção na porta da fazenda. Tem poder de controlar a produção de dezenas de produtores. Os corretores são comerciantes estabelecidos ou não que percorrem a região comprando a produção. São prepostos de usineiros e armazenistas. Financiam a produção com os recursos que são repassados pelos usineiros e armazenistas. Estão em todos os níveis da comercialização. Podem ser produtores que no período da produção desempenham o papel de comerciantes. Tem grande facilidade de fugir ao controle do fisco e por isso tem grande vantagem na intermediação.

4.2 - Centros de Convergência

Os principais mercados para a produção local são, no caso do milho, feijão e arroz, os distritos, a sede do município e os municípios vizinhos. Para produto como o algodão a produção centraliza-se nos municípios e posteriormente é exportada para São Paulo, Rio e Minas Gerais. A cana-de-açúcar é processada no próprio município.

4.3 - Fluxos de Intermediação

Os produtores, em sua grande maioria, comercializam a produção com o bodegueiro. Este por sua vez vende uma parte do arroz, milho e feijão aos próprios agricultores. Outra parte é negociada com armazenistas ou corretores. O algodão é comercializado ou diretamente com os usineiros ou através dos corretores. O armazenista ensaca o produto e vende aos varejistas. Os varejistas vendem diretamente aos consumidores, enquanto que o usineiro enfarda o algodão e vende às industriais têxteis. Produz ainda o caroço de algodão que é vendido às industriais para esmagamento e transformação em óleo e ração para o gado.

A cana de açúcar é geralmente comercializada diretamente pelo produtor e usineiro. Não existe outros agentes.

TABELA - 16
 VALE DOS CARÁS
 AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO
 (19 NÍVEL)

AGENTES	< 10 ha		> 10 ha	
	Nº DE PROPRIEDADES	%	Nº DE PROPRIEDADES	%
Bodegueiro	8	80	4	40
Usineiro	6	60	8	80
Corretor	-	-	2	20
Cooperativa	-	-	-	-

FONTE: Pesquisa Direta

TABELA - 17

VALE DOS CARÁS

FORMA DE VENDA DOS PRODUTOS

FORMA	< 10 HA		> 10 HA	
	Nº DE PROPRIEDADES	%	Nº DE PROPRIEDADES	%
À Vista	10	100,0	10	100,0
À Prazo	-	-	-	-
Na Folha	-	-	-	-

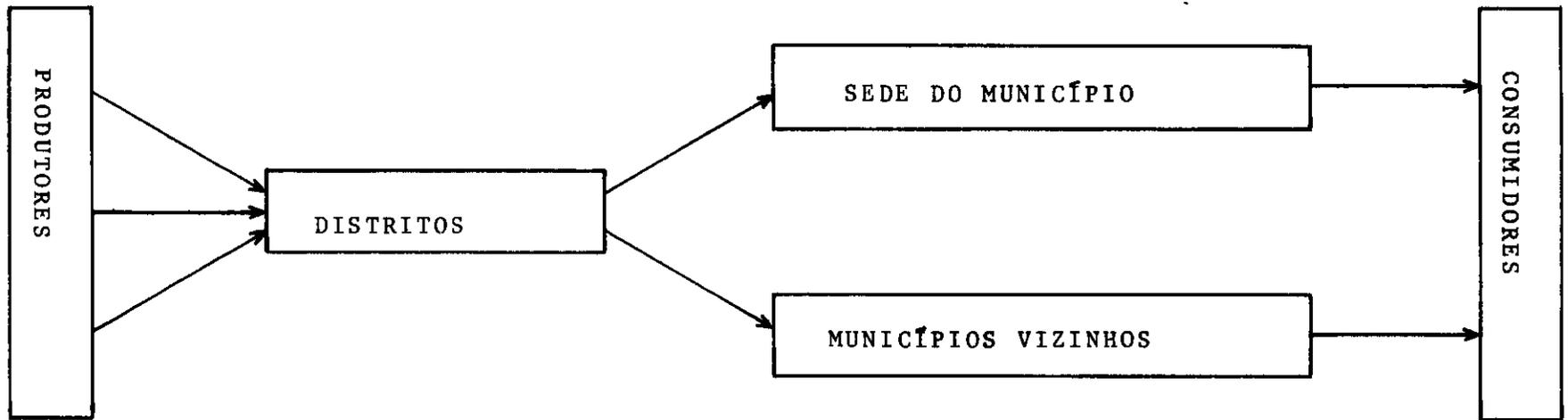
FONTE: Pesquisa Direta

TABELA - 18
 VALE DOS CARÃS
 DESTINO DA PRODUÇÃO

DESTINO	< 10 HA		> 10 HA	
	Nº DE PROPRIEDADES	%	Nº DE PROPRIEDADES	%
Próprio Município	10	100,0	10	100,0
Outro Município	2	20,0	2	20,0

FONTE: Pesquisa Direta

CENTROS DE CONVERGÊNCIA DA PRODUÇÃO



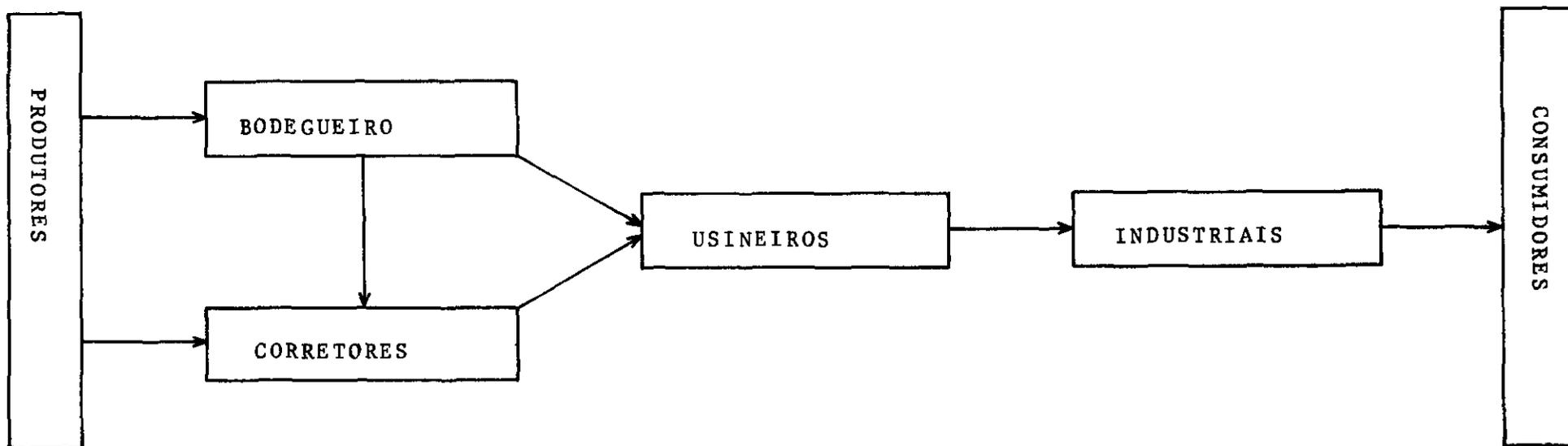
FONTE: Pesquisa de Campo

600040

DIAGRAMA - 2

VALE DOS CARÃS

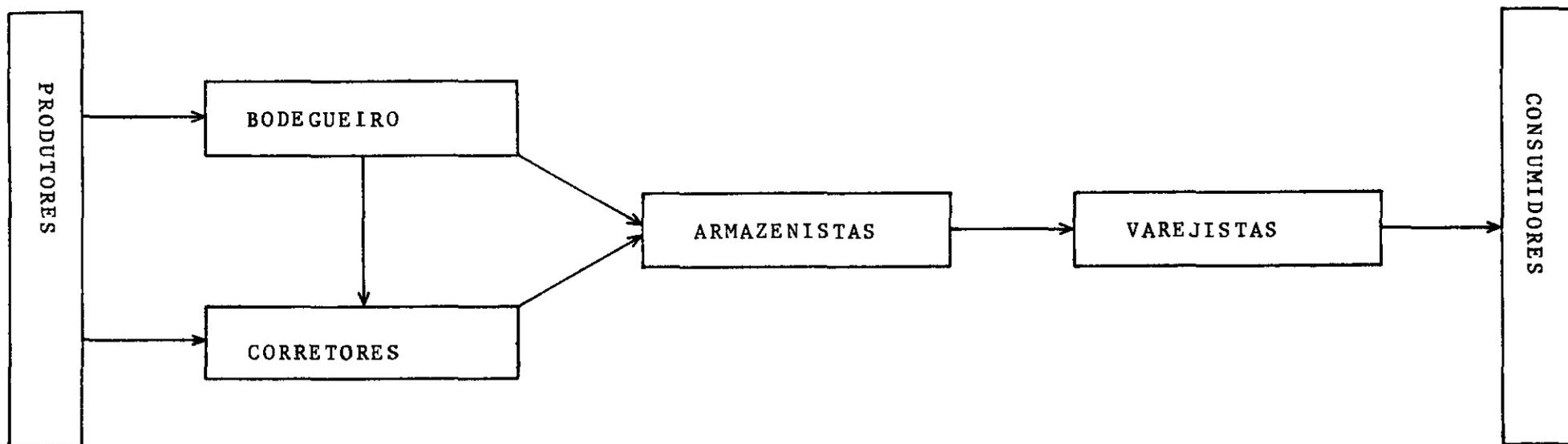
CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ALGODÃO



FONTE: Pesquisa de Campo

000041

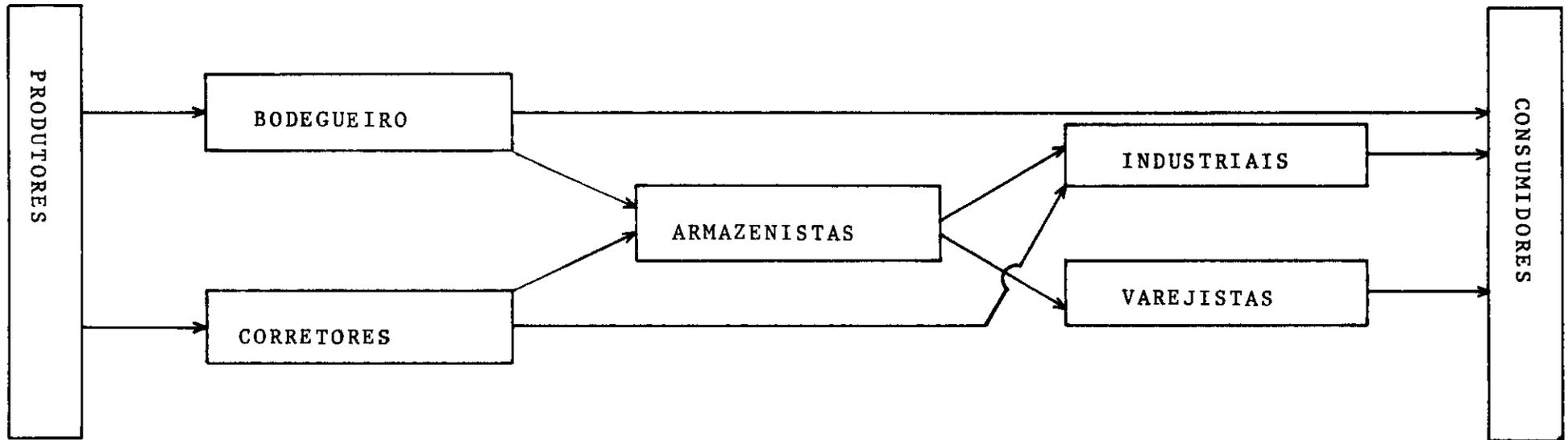
DIAGRAMA - 4
VALE DOS CARÁS
CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO
ARROZ



FONTE: Pesquisa de Campo

000043

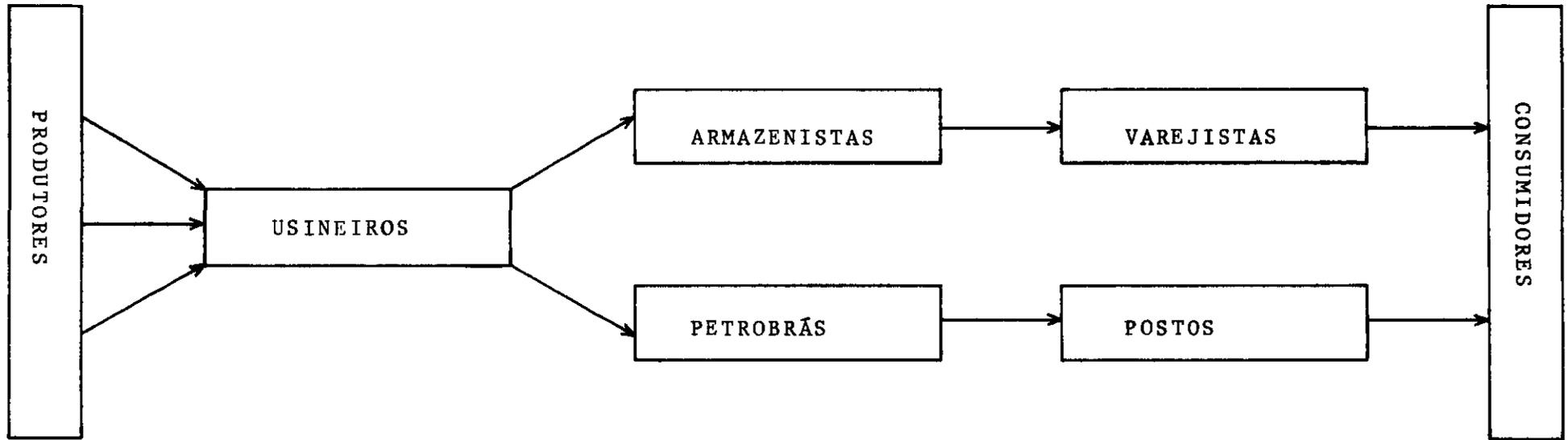
DIAGRAMA - 5
VALE DOS CARÃS
CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO
MILHO



FONTE: Pesquisa de Campo

600044

DIAGRAMA - 6
VALE DOS CARÃS
CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO
CANA-DE -AÇÚCAR



FONTE: Pesquisa de Campo

5 - PREÇOS E MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO

5 - PREÇOS E MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO

5.1 - Algodão

A formação dos preços do algodão no mercado interno é fortemente influenciado pelos preços internacionais. O aumento ou declínio dos preços estão na dependência de uma maior ou menor retornada no crescimento dos países industriais. Em 1984 as cotações internacionais do produto estiveram em baixa o que levou uma redução dos mesmos a nível nacional. Entre outubro de 83 e dezembro de 84 os preços tiveram uma redução real de 55% (tabela 19).

A margem de comercialização para o produtor foi de 49,01%, para o atacadista foi de 50,99%. (tabela 24)

Em 1986 é esperada uma recuperação nos preços do algodão devido a escassez do produto de la. qualidade. A CFP tem o produto em estoque mas a maior parte é formada de produtos de tipo inferior. Outro fator que pode influir na recuperação dos preços é a redução da produção no Centro-Sul devido a falta de chuva em período recente.

5.2 - Arroz

O ano de 1984 caracterizou-se por uma baixa acentuada dos preços quando comparado com o índice de inflação. Essa situação deixou os produtores insatisfeitos e foi agravada com a redução no consumo face a crise econômica.

No Ceará apesar da recuperação na produção, esta esteve muito aquém do consumo, o que levou o Estado a importar o produto do Maranhão e Goiás. Com relação aos preços recebidos pelos produtores houve um crescimento de 80,2% que ficam muito aquém da inflação. No varejo o índices de preços reais estiveram acima da inflação. (tabela 20).

5.5 - Cana de Açúcar

Os preços da cana de açúcar são determinados basicamente pelo usineiro. Existe um controle total desse agente em relação a determinação dos preços da cana. O sistema monopsômico faz com que os produtores fiquem sempre a reboque dos usineiros.

No ano de 1985 os preços da cana tiveram uma recuperação real que chegaram a um pico em julho e decrescerem em seguida (tabela 23).

TABELA - 19

VALE DOS CARÃS

PREÇOS NOMINAIS E PREÇOS REAIS* DE ALGODÃO EM CAROÇO E DO ALGODÃO EM PLUMA.

OUT/83 - DEZ/84

M E S E S	ALGODÃO EM CAROÇO		ALGODÃO EM PLUMA	
	PREÇOS NOMINAIS	PREÇOS REAIS	PREÇOS NOMINAIS	PREÇOS REAIS
Outubro/83	7.725,00	29.175,00	32.000,00	120.854,40
Novembro	7.849,50	27.339,00	32.000,00	111.452,80
Dezembro	8.154,00	26.403,47	35.000,00	113.333,50
Janeiro/84	8.650,50	25.507,73	45.000,00	132.691,50
Fevereiro	9.000,00	23.640,30	45.000,00	118.201,50
Março	10.590,00	25.290,51	45.000,00	107.505,00
Abril	11.310,00	24.801,70	45.000,00	98.680,50
Maiο	11.025,00	22.209,86	45.000,00	90.652,50
Junho	10.800,00	19.914,12	45.000,00	82.975,50
Julho	11.043,00	18.457,27	45.000,00	75.213,00
Agosto	11.100,00	16.770,95	45.000,00	67.990,50
Setembro	11.250,00	15.381,00	50.000,00	68.360,00
Outubro	12.060,00	14.646,87	55.000,00	66.797,50
Novembro	12.120,00	13.396,24	55.000,00	60.791,50
Dezembro	11.670,00	11.670,00	55.000,00	55.000,00

(*) Preços corrigidos para dez/84 pelo IGP da FGV

FONTE: Comportamento Conjuntural do Setor Agro-pecuário do Estado do Ceará - CEPA/CE, 1984.

TABELA - 20

VALE DOS CARÃS

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E PREÇOS MÍNIMOS DE
ARROZ EM CASCA.

78/84

A N O	PREÇOS DE MERCADO		PREÇOS MÍNIMOS	
	CORRENTES	REAIS (*)	CORRENTES	REAIS (*)
1978	196	20.224	136	14.033
1979	367	24.601	190	12.736
1980	695	23.267	335	11.214
1981	1.340	21.373	721	11.500
1982	2.425	19.790	1.900	15.506
1983	6.544	20.946	5.600	17.956
1984	19.300	19.300	18.000	18.000

(*) A preços de Dez/82, corrigidos pelo IGP da FGV

FONTE: Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará - CEPA/CE - 1984.

TABELA - 21

VALE DOS CARÃS

PREÇOS CORRENTES E PREÇOS REAIS* DO FEIJÃO MACASSAR A NÍVEL DE PRODUTOR.

OUT/83 a DEZ/84

MÊS/ANO	PREÇOS CORRENTES	PREÇOS REAIS
Outubro/83	633,00	2.390,60
Novembro	703,30	2.449,50
Dezembro	834,00	2.700,50
Janeiro/84	871,60	2.570,10
Fevereiro	986,80	2.298,00
Março	1.116,60	2.667,60
Abril	1.002,00	2.197,30
Maio	572,00	1.152,30
Junho	452,00	833,40
Julho	436,00	728,70
Agosto	449,00	678,40
Setembro	479,00	654,90
Outubro	568,00	689,80
Novembro	572,00	632,20
Dezembro	580,0	580,00
(%)Variação: Dez/84 - out/83	-8,4	-75,7

FONTE: Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará, CEPA/CE, 1984.

(*) Corrigido pelo IGP da FGV

TABELA - 22

VALE DOS CARÃS

PREÇOS CORRENTES E PREÇOS REAIS* DO MILHO A NÍVEL DE PRODUTOR

OUT/83 A DEZ/84

MÊS/ANO	PREÇOS CORRENTES	PREÇOS REAIS
Outubro/83	147,88	558,50
Novembro	185,41	645,80
Dezembro	196,78	637,20
Janeiro/84	206,90	610,10
Fevereiro	238,10	525,40
Março	244,70	584,60
Abril	258,00	565,80
Maio	302,00	608,40
Junho	238,00	438,80
Julho	216,40	361,70
Agosto	200,50	302,90
Setembro	191,00	261,10
Outubro	227,00	275,70
Novembro	229,00	253,10
Dezembro	245,00	245,00

(*) Preços corrigidos para dez/84 pelo IGP da F.G.V.

FONTE: Comportamento Conjuntural do Setor Agropecuário do Estado do Ceará - CEPA/CE, 1984.

TABELA - 23

VALE DOS CARÃS

PREÇOS CORRENTES E PREÇOS REAIS (*) DE CANA DE AÇÚCAR A NÍVEL DE PRODUTOR.

JAN/84 A DEZ/84

MÊS/ANO	PREÇOS CORRENTES	PREÇOS REAIS
Jan/83	9.115,56	26.879,22
Fevereiro	9.634,03	25.305,94
Março	11.847,58	28.303,68
Abril	13.536,80	29.685,23
Maiο	15.403,10	31.028,98
Junho	18.881,68	34.816,00
Julho	23.240,39	38.844,74
Agosto	25.592,83	38.669,11
Setembro	25.175,29	34.420,85
Outubro	31.398,22	38.546,56
Novembro	31.739,18	35.082,32
Dezembro	32.260,38	32.260,38

(*) Corrigido a preços de dez/84 pelo IGP da FGV.

FONTE: EMATERCE/CEPA

TABELA - 24

VALE DOS CARÃS

MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DA REGIÃO
1984

PRODUTO	PRODUTOR			ATACADO			VAREJO			PARTE DO PRODUTOR	MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO		
	FORMA	UNIDADE	PREÇO	FORMA	UNIDADE	PREÇO	FORMA	UNIDADE	PREÇO		ATACADO	VAREJO	TOTAL
Algodão	Em caroço	kg	768,00	Pluma									
				32/34mm	kg	3.194,00	-	-	-	49,01	50,99	-	55,99
Arroz	Em casca	kg	386,33	caroço	kg	850,00	semente	kg	1.350,00	-	-	-	-
				Benef. T4/5	kg	622,17	Benefic. T4/5	kg	841,58	69,55	4,37	26,08	30,45
Feijão	Macassar	kg	673,75	Macassar	kg	808,57	Macasaar	kg	1.067,12	63,14	12,63	24,23	36,86
Milho em													
Grão	Seco	kg	233,05	Seco	kg	260,43	Seco	kg	390,74	59,64	7,01	33,35	40,36
Tomate	Mesa	kg	225,85	Mesa	kg	402,92	Mesa	kg	566,58	39,86	31,25	28,89	60,14

FONTE: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

TOMO 6: Comercialização e Abastecimento - Anexo 1/Diagnóstico

600055

47

6 - ESTRUTURA DE APOIO

Face o grande déficit de alimentos básicos na região e as excepcionais condições de produção pode-se afirmar que a produção a ser gerada no Projeto tem todas condições de competir com a oferta de produtos oriundos de outros locais. É necessário porém que o governo estimule o processo de organização dos produtores de forma que eles possam fazer frente aos agentes intermediários da comercialização.

TABELA - 25

VALE DOS CARÁS

UNIDADES ARMAZENADORAS DA REDE OFICIAL (ARMAZENS PRÓPRIOS E ALUGADOS) POR UEP E POR MUNICÍPIO.

VEP/MUNICÍPIO	UNIDADES PRÓPRIAS		UNIDADES ALUGADAS		TOTAL	
	QUANT.	CAP. ESTÁTICA (t)	QUANT.	CAPACIDADE EST. (t)	QUANTIDADE	CAPACIDADE ESTÁTICA (t)
Cariri	2	8.445	1	1.181	3	9.626
. Brejo Santo	1	3.000	-	-	1	3.000
. Juazeiro do Norte	1	5.445	1	1.181	2	6.626
Total do Ceará	25	82.150	42	66.892	67	149.042

FONTE: Atualização do Diagnóstico Institucional - 1982, Vol. 1

600059

50

TABELA - 26
VALE DOS CARÃS
NÚMERO DE COOPERATIVAS E DE ASSOCIADOS POR UEP
1982 - 83

UEP/ESTADO	A G R P E C U Ã R I A			
	QUANTIDADE		Nº DE SÓCIO	
	ABS	%	ABS	%
Cariri	6	13,3	9.622	14,8
Estado	45	100,0	65.008	100,0

FONTE: ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL - 1982, vol.1

000000

TABELA - 27

VALE DOS CARÃS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES OPERATIVAS

VEP	ESCRITÓRIO REGIONAL %		ESCRITÓRIO LOCAL %	
Litoral	2	15,4	21	17,2
Ibiapaba	1	7,6	8	6,5
Baturité	1	7,6	10	8,2
Baixo Jaguaribe	1	7,6	10	8,2
Sertões Cearenses	2	15,4	15	12,3
Sertões de Quixeramobim e Médio Jaguaribe	2	15,4	15	12,3
Sertões dos Inhamuns Salgado	2	15,4	17	14,0
Cariri	2	15,4	26	21,3
Total	13	100,00	122	100,00

FONTE: Atualização do Diagnóstico Institucional - 1982, vol. 1

000061